

Sumário

PARTE 1 TEORIA DA CONSTITUIÇÃO

1

CONCEITO E CLASSIFICAÇÕES DAS CONSTITUIÇÕES

1. O que é uma Constituição? Conceito de Constituição e constitucionalismo. Uma advertência inicial.....	23
2. Um ponto de partida: o conceito histórico-universal e a primeira definição de Constituição: a Constituição material como Constituição real.....	23
2.1. A Constituição material e o seu sentido jurídico-normativo. O movimento do Constitucionalismo na Inglaterra do século XVII. A definição de Constitucionalismo.....	25
2.2. O surgimento das Constituições formais no movimento do constitucionalismo. A Constituição (moderna) como a ordenação sistemática e racional da comunidade política, plasmada em um documento escrito.....	26
2.3. Mas o que acontece com a Constituição material? Ela deixa de existir juridicamente com o surgimento das Constituições formais?.....	27
2.4. A Constituição formal e a sua relação com a constituição material no decorrer do tempo. Uma rápida advertência!.....	27
2.5. Última digressão: o que é mesmo a Constituição formal? A definição de supralegalidade desenvolvida e explicitada nos EUA no começo do século XIX.....	28
3. Classificações das Constituições: teorias tradicionais e usuais na doutrina pátria.....	29
4. Classificação ontológica (ou essencialista) das Constituições de Karl Löwenstein.....	35
5. Reflexões sobre as classificações tradicionais; o conceito de bloco de constitucionalidade; o entendimento sobre a denominação intitulada de Neoconstitucionalismo; A tese do Constitucionalismo do Por vir; O Constitucionalismo digital; O Constitucionalismo Multinível.....	37
6. Última digressão sobre a classificação das Constituições. O nosso ponto de vista (que nós defendemos e não apenas descrevemos): a classificação paradigmática das Constituições, com base na teoria discursiva da Constituição de Jürgen Habermas: uma abordagem crítico-reflexiva das Constituições Clássicas (Estado Liberal), Sociais (Estado Social) e de Estado Democrático de Direito.....	47
7. Sentidos ou concepções do termo Constituição: sentidos clássicos e contemporâneos.....	51
7.1. A Constituição dirigente de J. J. Gomes Canotilho: o debate sobre a constituição diri-	

gente e o constitucionalismo moralmente reflexivo.....	53
7.2. A Constituição para a Teoria dos Sistemas de Niklas Luhmann.....	56
7.3. A Constituição na Teoria Discursiva do Direito e do Estado Democrático de Direito de Jürgen Habermas.....	57
7.4. O Constitucionalismo Abusivo de David Landau.....	59
7.5. A sociedade aberta de intérpretes da Constituição de Peter Häberle: Constituição como cultura e processo público.....	62
7.6. A força normativa da Constituição e a Constituição aberta de Konrad Hesse.....	63
7.7. A Constituição simbólica de Marcelo Neves e as digressões sobre o transconstitucionalismo (Tese do Transconstitucionalismo).....	64
7.8. O conceito pluridimensional de Constituição de José Adércio Leite Sampaio.....	69
7.9. O (novo) Constitucionalismo plurinacional da América Latina e a sua ruptura paradigmática.....	70
7.10. O Constitucionalismo Feminista e suas Perspectivas Globais.....	72
8. Classificação quanto à aplicabilidade das Normas Constitucionais: Teoria de José Afonso da Silva.....	76
9. Classificação quanto à aplicabilidade das normas constitucionais de Carlos Ayres Britto e Celso Ribeiro Bastos.....	80
10. Classificação quanto à aplicabilidade das normas constitucionais de Maria Helena Diniz.....	81
11. Classificação quanto à aplicabilidade das normas constitucionais de Luís Roberto Barroso.....	81
12. Classificação trabalhada por Uadi Lammêgo Bulos das normas constitucionais de eficácia exaurida.....	81
13. Estrutura e Elementos das Constituições.....	82

2

PODER CONSTITUINTE

1. Introdução.....	85
1.1. Um conceito preliminar de Poder Constituinte.....	85
1.2. Revelar, dizer ou criar uma Constituição?.....	85
2. Três Leituras Concorrentes no Discurso Jurídico Atual.....	86
3. Poder Constituinte Originário.....	87
3.1. Conceito e natureza jurídica.....	87
3.2. Classificação.....	89
3.3. Características do Poder Constituinte Originário.....	89
3.4. Titularidade do Poder Constituinte Originário.....	91

3.5.	Poder Constituinte Originário e direitos adquiridos	93	2.3.3.	John Hart Ely e sua concepção procedimental de democracia.....	139
3.6.	Dinâmica constitucional.....	93	2.3.4.	Cass R. Sunstein: minimalismo judicial e as personas constitucionais.....	140
4.	Poder Constituinte Derivado de Reforma da Constituição: Espécies e Limitações.....	96	2.3.5.	Adrian Vermeule e a virada institucional.....	145
4.1.	Análise específica do Poder Constituinte derivado de revisão da Constituição.....	98	2.3.6.	Mark Tushnet e o Constitucionalismo popular	148
4.2.	Análise específica do Poder Constituinte derivado de reforma via emendas	98	2.3.7.	Barry Friedman e o constitucionalismo popular mediado: levando a Constituição para além das Cortes .	149
5.	Poder Constituinte (Derivado) Decorrente: Espécies, Caracteres e Limitações.....	105	2.3.8.	O Constitucionalismo Democrático da Escola de Yale: Robert Post e Reva Siegel. A análise do efeito Backlash.....	153
6.	Poder Constituinte e Patriotismo Constitucional: Uma Releitura Contemporânea e Sofisticada da Teoria do Poder Constituinte	108	2.3.9.	Jeremy Waldron e sua crítica ao judicial review	163
			2.3.10.	Laurence Tribe: Constitutional choices.....	166
			2.3.11.	Richard Posner: a análise econômica do direito e o movimento antiteórico.....	167
			2.3.12.	Michael Sandel e sua Filosofia Política: Justice.....	170

3

HERMENÊUTICA E HERMENÊUTICA CONSTITUCIONAL

1.	Da Hermenêutica Filosófica à Hermenêutica Jurídica	113	2.4.	A Hermenêutica Constitucional no paradigma do Estado Democrático de Direito: a ponderação de princípios por meio da técnica da proporcionalidade.....	173
1.1.	Esclarecimentos iniciais: hermenêutica x interpretação	113	2.4.1.	Considerações iniciais.....	173
1.2.	O desenvolvimento histórico da Hermenêutica: do movimento protestante ao giro hermenêutico e linguístico	114	2.4.2.	Princípios e regras	173
1.2.1.	A Hermenêutica clássica.....	114	2.4.3.	A Teoria dos princípios de Humberto Ávila e suas contribuições para a derrotabilidade	176
1.2.2.	A Hermenêutica no movimento do giro hermenêutico e do giro linguístico.....	117	2.4.4.	Proporcionalidade x Razoabilidade ...	180
1.3.	A Hermenêutica na Ciência Jurídica: do século XVIII ao século XX (ou do Estado Liberal ao Estado Social)	120	2.4.5.	A estrutura “racional” da proporcionalidade	181
1.3.1.	Uma disputa inicial: voluntas legislatoris x voluntas legis	120	2.4.6.	A distinção das teorias de Alexy (ponderação de princípios pela proporcionalidade) e Dworkin (integridade do direito)	183
1.3.2.	Os métodos clássicos de interpretação.....	121	2.4.7.	A racionalidade das decisões judiciais: uma apreciação crítica à luz da teoria discursiva do direito e da democracia de Jürgen Habermas	186
1.3.3.	A interpretação do Direito na Teoria Pura de Kelsen.....	123	2.4.8.	A Hermenêutica Jurídica na Doutrina pátria: as contribuições de Lenio Streck em “Verdade e Consenso”	187
1.3.4.	O Positivismo jurídico atual: Positivismo Exclusivista e Inclusivista e o Não Positivismo	125	2.4.9.	Uma Análise do Ativismo judicial e da Judicialização da Política: delimitando as diferenças	192
2.	A Hermenêutica Constitucional.....	127	2.4.9.1.	Premissas iniciais: Introdução	192
2.1.	A Hermenêutica Jurídica na era da Hermenêutica Constitucional	127	2.4.9.2.	Ativismo Judicial: conceito técnico-jurídico.....	194
2.2.	Métodos de interpretação constitucional.....	132	2.4.9.3.	Da Judicialização da Política ao Ativismo Judicial. Diferenças conceituais	
2.3.	O debate no Direito Constitucional norte-americano: para além do debate entre interpretativistas e não interpretativistas: R. Dworkin, J. H. Ely, C. Sunstein, A. Vermeule, M. Tushnet, B. Friedman, Robert Post e Reva Siegel, J. Waldron, L. Tribe, R. Posner e M. Sandel	137			
2.3.1.	Introdução	137			
2.3.2.	Ronald Dworkin e a Teoria da Integridade	138			

conforme nosso marco teórico	196
2.4.10. Apontamentos sobre os Modelos de Comportamento Judicial	198

4

HISTÓRICO DAS CONSTITUIÇÕES BRASILEIRAS

1. Introdução: advertência	203
2. Antecedentes históricos do nosso constitucionalismo	203
3. A Constituição do Império de 1824	203
4. A Constituição da República de 1891	205
5. A Constituição de 1934	208
6. A Constituição de 1937	210
7. A Constituição de 1946	212
8. A Constituição de 1967	214
9. A Constituição de 1969 (EC nº 01/69)	216
10. A Constituição de 1988	216

PARTE 2**DIREITO CONSTITUCIONAL**

5

PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS (ESTRUTURANTES) DA CONSTITUIÇÃO DE 1988

1. Introdução	223
2. A noção de Princípios Jurídicos e sua reconstrução a partir do movimento do pós-positivismo	223
3. Classificação dos Princípios Estruturantes	226
4. Princípio Republicano	226
5. Princípio do Estado Democrático de Direito	228
5.1. Introdução: a conexão interna entre Direito e Democracia	228
5.2. Estado de Direito	228
5.3. Democracia	229
6. Princípio Federativo	231
7. Princípio da Separação de Poderes	232
8. Fundamentos do Estado brasileiro	239
8.1. Introdução	239
8.2. Soberania	240
8.3. Cidadania	240
8.4. Dignidade Humana	241
8.5. Valores Sociais do Trabalho e da Livre-Iniciativa	247
8.6. Pluralismo Político	249
9. Princípios que fixam os objetivos primordiais a serem perseguidos pela CR/88	250
10. Princípios que traçam diretrizes a serem adotadas nas relações internacionais	252

6

TEORIA GERAL DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

1. O que são direitos fundamentais?	257
1.1. Introdução: Direitos Humanos e Direitos Fundamentais	257
1.2. As dimensões subjetiva e objetiva dos direitos fundamentais	258
1.3. Classificação dos direitos fundamentais: constitucional-litera	259
1.4. Classificação dos direitos fundamentais: Gerações de direitos fundamentais	260
1.5. Direitos Fundamentais e suas funções: Uma análise introdutória	265
1.6. Direitos Fundamentais como direitos de defesa	266
1.7. Direitos Fundamentais como normas de proteção de institutos jurídicos	267
1.8. Direitos Fundamentais como garantias positivas para o exercício das liberdades	267
1.9. Direitos Fundamentais como Garantias Institucionais	269
1.10. Deveres Fundamentais	269
2. Estrutura das normas sobre direitos fundamentais: direitos ou valores?	272
3. Características dos direitos fundamentais	272
4. TITULARES dos direitos fundamentais	275
5. Vinculação dos Poderes Públicos	276
6. Limites (Restrições) aos direitos fundamentais e a tese dos limites dos limites	277
7. Suporte fático dos direitos fundamentais	280
7.1. Elementos do suporte fático	280
7.1.1. Suporte fático, âmbito de proteção e intervenção nas diferentes espécies de normas de direitos fundamentais	281
7.1.2. A crítica de Virgílio Afonso da Silva: o elemento da ausência de fundamentação constitucional	282
7.2. Espécies de suporte fático	283
8. Colisões entre Direitos Fundamentais e a crítica a elas	285
9. Eficácia dos direitos fundamentais nas relações privadas: eficácia horizontal	288
10. Direitos Humanos	295
10.1. Histórico dos Direitos Humanos a partir de uma perspectiva clássica	295
10.2. Etapa de Conversão em Direito Positivo	295
10.3. Etapa de Generalização	295
10.4. Etapa de Internacionalização	296
10.4.1. Sistema Internacional de Proteção aos Direitos Humanos	297
10.5. Universalismo, Relativismo (cultural) e Multiculturalismo	301
10.5.1. Introdução	301

10.5.2.	Alcance e aplicabilidade dos direitos humanos: universalismo e relativismo cultural.....	301	5.4.	Proteção constitucional ao bem de família ...	455
10.5.3.	Diferentes correntes do universalismo e do relativismo cultural	302	6.	Direito à Privacidade, Direito à Intimidade, Direito à Imagem e direito à proteção de dados pessoais	456
10.5.4.	Críticas à dicotomia entre o universalismo e o relativismo: multiculturalismo	303	7.	Quebras de sigilos: de correspondência, comunicação telegráfica e de dados. Interceptação telefônica e gravação clandestina.....	468
10.5.5.	Integridade Transnacional dos Direitos Humanos.....	305	8.	A inviolabilidade do domicílio.....	482
10.5.6.	Considerações finais	306	9.	Direito Adquirido, Ato Jurídico Perfeito e Coisa Julgada.....	488
11.	Justiça de transição	307	10.	O direito ao devido processo legal (constitucional) e seus princípios correlatos.....	501
11.1.	Introdução	307	10.1.	Devido Processo Legal, Contraditório, Ampla Defesa, Juiz Natural, Acesso à Justiça e Duração Razoável do Processo	501
11.2.	Conceito e Características	308	10.2.	Presunção da Inocência e sua análise jurisprudencial.....	513
11.3.	Elementos da Justiça de Transição	309	10.3.	Garantias Constitucionais de cunho Penal e Processual Penal à luz da Dignidade da pessoa Humana.....	538
11.3.1.	Justiça.....	309	10.4.	Juiz das Garantias e o Pacote anticrime da Lei nº13.964 de 24.12.2019	556
11.3.2.	Verdade e Memória	310	10.5.	Tribunal do Júri na Constituição de 1988 e na legislação infraconstitucional	562
11.3.3.	Reparação das vítimas e de suas famílias	311	11.	Provas ilícitas e as provas lícitas derivadas das provas ilícitas	573
11.3.4.	A Justiça de Transição no Brasil	312	12.	colaboração premiada e seus reflexos no STF	582
12.	Direito dos animais.....	313	13.	Direito Geral de informação, direito de certidão e direito de petição	595
13.	Estatuto da Pessoa com Deficiência	321	14.	Diferença entre o Princípio da legalidade e o Princípio da reserva legal	603
14.	Do Direito Antidiscriminatório.....	329	15.	A questão dos Tratados Internacionais frente a Constituição: A nova exegese dos Tratados Internacionais de direitos humanos	605
			16.	O Tribunal Penal Internacional e a posição do Brasil frente a ELE	607

7

DIREITOS FUNDAMENTAIS INDIVIDUAIS E COLETIVOS NA CONSTITUIÇÃO DE 1988

1.	Introdução: a noção de dignidade da pessoa humana como postulado/axioma justificante dos direitos fundamentais.....	335
2.	Vida.....	338
3.	Liberdade	355
3.1.	Liberdade de ação	356
3.2.	Liberdade de manifestação de pensamento e de expressão	356
3.3.	Liberdade de Consciência e Liberdade de crença	386
3.3.1.	Liberdade de Consciência	386
3.3.2.	Liberdade Religiosa e Liberdade de crença	390
3.4.	Liberdade de locomoção	406
3.5.	Liberdade de profissão	408
3.6.	Liberdade de reunião	413
3.7.	Liberdade de associação.....	417
4.	Igualdade.....	421
5.	Propriedade	447
5.1.	Conceito de propriedade	447
5.2.	Função Social da propriedade.....	450
5.3.	Formas de intervenção estatal no direito de propriedade: Servidão, Desapropriação e Requisição.....	450
5.3.1.	Servidão	450
5.3.2.	Desapropriação	451
5.3.3.	Requisição.....	454

8

AÇÕES CONSTITUCIONAIS

1.	Mandado de segurança	611
1.1.	Conceito	611
1.2.	Requisitos do Mandado de Segurança	611
1.3.	Espécies de Mandados de Segurança	614
1.4.	Direito Líquido e Certo.....	614
1.5.	Cabimento	615
1.6.	Legitimidade do Mandado de Segurança	620
1.7.	Competência no Mandado de Segurança.....	624
1.8.	Procedimento	627
1.9.	Decisão, Efeitos e Recursos Possíveis.....	632
1.10.	Prazo do Mandado de Segurança.....	637
2.	Mandado de Segurança Coletivo	639
2.1.	Conceito	639
2.2.	Finalidades.....	640
2.3.	Legitimidade do Mandado de Segurança Coletivo	640

9

DOS DIREITOS SOCIAIS

1.	Introdução	711
1.1.	Conceito e desenvolvimento – perspectiva histórica.....	711
2.	Os Direitos Sociais: características, vinculatividade e delimitação constitucional: Das normas programáticas aos direitos subjetivos <i>prima facie</i>	712
3.	A ideia de um “mínimo existencial”	714
4.	A “cláusula” da reserva do possível como limite de implementação dos direitos sociais	716
5.	Princípio da Proibição (vedação) do Retrocesso	724
6.	Classificação dos Direitos Sociais	727
7.	Direitos Sociais do Trabalhador.....	728
8.	Direitos Sociais da Seguridade Social	749
8.1.	Direito à Saúde	749
8.2.	Direito à Previdência Social	751
8.3.	Direito à Assistência Social	751
9.	Direitos Sociais à Educação e à Cultura.....	752
9.1.	Direito à Educação	752
9.2.	Direito à Cultura	753
10.	Direitos relativos à moradia	754
11.	Direitos Sociais ao Meio Ambiente Ecologicamente Equilibrado	754
12.	Direitos Sociais da Criança, do Adolescente, do Jovem e da pessoa Idosa	755

DIREITOS DA NACIONALIDADE

1. Conceito de nacionalidade e algumas definições: povo, população, nação e cidadão	757
2. Natureza jurídica dos direitos de nacionalidade	757
3. Espécies de nacionalidade	757
4. Critério de aquisição da nacionalidade primária	757
5. Critério de aquisição da nacionalidade secundária ..	758

6. Análise específica do Brasil	758
6.1. Nacionalidade primária	758
6.2. Nacionalidade secundária	760
7. Distinção entre brasileiros natos e naturalizados	764
8. Perda do direito de nacionalidade	765
9. Reflexões sobre a lei de migração (Lei nº 13.445/2017). Extradicação, transferência de execução de pena e de pessoa condenada. Das medidas de retirada compulsória: expulsão, deportação e repatriação. Asilo político e refúgio	768
9.1. A nova Lei de Migração (Lei nº 13.445/2017)	768
9.2. Extradicação	770
9.2.1. Conceito de extradicação	770
9.2.2. Espécies de extradicação	771
9.2.3. Procedimento para a extradicação e decisão sobre ela	772
9.2.4. Requisitos para a extradicação	775
9.3. Transferência de Execução de Pena e da Pessoa Condenada	786
9.4. Das Medidas de Retirada Compulsória	787
9.4.1. Expulsão	788
9.4.2. Deportação	791
9.4.3. Repatriação	792
9.5. Asilo Político e Refúgio	792

11**DIREITOS POLÍTICOS**

1. Conceito	797
2. Espécies	797
3. Direito de Sufrágio: núcleo dos Direitos Políticos	803
3.1. Conceito de Sufrágio	803
3.2. Espécies de Sufrágio	804
3.3. Digressões sobre o voto	805
4. Sistemas eleitorais	807
5. Direitos políticos positivos	814
6. Direitos políticos negativos	820
7. Inelegibilidades: absolutas e relativas	820
8. Perda ou suspensão dos direitos políticos	844
9. Princípio da anualidade (ou da anterioridade) da legislação eleitoral	848
10. Dos partidos políticos	852
10.1. As federações de partidos	863
10.2. Financiamento de campanha. Financiamento de campanha das mulheres. Acesso ao rádio e à televisão. Debates eleitorais. Fidelidade partidária e extinção do mandato	868
10.2.1. Financiamento de Campanha	868
10.2.2. Financiamento de Campanha das Mulheres (Lei nº 13.165/2015 e o entendimento do STF)	880
10.2.3. Acesso ao Rádio e à Televisão (Direito de Antena)	884
10.2.4. Debates Eleitorais	889

10.2.5. Fidelidade Partidária e a Extinção dos Mandatos	890
11. Vacância de cargos políticos no sistema majoritário	897

12**ORGANIZAÇÃO DO ESTADO**

1. Introdução	901
2. Espécies ou tipos de formas de Estado	901
3. Análise específica do Federalismo presente em nossa atual Constituição: Antecedentes históricos do federalismo no Brasil. Estrutura do nosso atual federalismo. a posição da União e a questão da inexistência de hierarquia entre os entes federativos. O conceito de Autonomia dos entes federativos e suas capacidades	904
4. Técnicas de repartição de competências	913
5. Análise da repartição de competências na constituição de 1988	914
6. considerações finais sobre a organização do estado: Princípio da Simetria. Regiões Administrativas ou de Desenvolvimento. Bens da União. Bens dos Estados. Regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões. Homogeneidade Federativa. Análise dos Territórios. Complementações sobre o Distrito Federal. Criação de Novos Estados. Criação de Novos Municípios	1024

13**DA INTERVENÇÃO FEDERAL**

1. Princípios que regem a intervenção federal	1041
1.1. Princípio da excepcionalidade	1041
1.2. Princípio da Taxatividade	1042
1.3. Princípio da temporalidade	1042
2. Conceito	1042
3. Procedimentos	1042
4. Intervenção Estadual	1046
5. A recente intervenção federal no estado do rio de janeiro	1048
6. A recente intervenção federal no distrito federal	1051

14**PODER LEGISLATIVO**

1. Funções	1053
1.1. Funções típicas	1053
1.2. Funções atípicas	1053
2. Composição e atribuições	1053
2.1. Comentários sobre o Teto Remuneratório: um histórico recente	1061
3. Funcionamento e Estrutura do Poder Legislativo	1069
3.1. Funcionamento	1069
3.1.1. Legislatura	1069
3.1.2. Sessão legislativa ordinária (sessão legislativa)	1069

3.1.3.	Período legislativo	1069	7.1.	Leis Delegadas: Conceito	1194
3.1.4.	Sessão preparatória	1069	7.2.	Procedimentos	1194
3.1.5.	Sessão ordinária	1069	8.	Medidas Provisórias	1195
3.1.6.	Sessão extraordinária	1071	8.1.	Conceito	1195
3.1.7.	Sessão legislativa extraordinária	1071	8.2.	Diferenças: Antes e depois da EC nº 32/01 da CR/88	1195
3.1.8.	Sobre os Quóruns	1072	8.3.	Procedimentos de tramitação de uma MP	1200
3.2.	Estrutura das Casas legislativas.....	1073	8.3.1.	Aprovação de uma Medida Provisória sem emendas	1200
3.2.1.	Mesas das Casas. O que são as mesas?.....	1073	8.3.2.	Aprovação de uma Medida Provisória com emendas.....	1200
3.2.2.	Comissões.....	1080	8.4.	Observações Finais sobre as medidas provisórias	1205
4.	Estatuto dos Congressistas	1090	9.	Processo Legislativo Especial das Emendas Constitucionais	1212
4.1.	Conceito.....	1090	9.1.	Conceito.....	1212
4.2.	Análise.....	1090	9.2.	Procedimento.....	1212
4.3.	Imunidade Material.....	1090	10.	Processo Legislativo especial dos Decretos Legislativos e Resoluções	1217
4.4.	Imunidade Formal.....	1096	10.1.	Conceito geral.....	1217
4.5.	Outras Imunidades dos Parlamentares.....	1124	10.2.	Conceito de Decreto Legislativo.....	1217
4.6.	Impedimentos e vedações dos Parlamentares. Perda de mandato dos Parlamentares e Temas Conexos. Caso do Mensalão (AP nº 470).....	1126	10.3.	Procedimento do Decreto Legislativo	1217
5.	Da Fiscalização contábil, financeira e orçamentária e dos Tribunais de Contas: Tribunal de Contas da união. Tribunais de Contas dos Estados e do Distrito Federal. Tribunais e Conselhos de Contas dos Municípios. Tribunais de Contas do Município.....	1140	10.4.	Conceito de Resoluções	1217
			10.5.	Procedimento das Resoluções.....	1218

15

PROCESSO LEGISLATIVO

1.	Conceito	1169
1.1.	Conceito jurídico	1169
1.2.	Conceito sociológico	1169
2.	Espécies Normativas Primárias	1169
3.	Tipos de processo legislativo	1169
3.1.	No que diz respeito à organização política....	1169
3.2.	No que diz respeito ao aspecto técnico jurídico	1170
4.	Fases do processo legislativo	1171
4.1.	Fase introdutória (de iniciativa)	1171
4.2.	Fase constitutiva.....	1171
4.3.	Fase complementar (integração de eficácia).	1172
4.4.	Observações sobre a fase de iniciativa ou introdutória.....	1172
4.4.1.	Conceito de iniciativa	1172
4.4.2.	Espécies de iniciativa	1172
4.4.3.	Observações finais sobre a fase de iniciativa	1173
5.	Processo Legislativo Ordinário – Lei ordinária.....	1179
6.	Processos Legislativos Especiais – Leis Complementares	1190
6.1.	Leis Complementares: Conceito.....	1190
6.2.	Procedimento para elaboração de leis complementares	1190
7.	Processos Legislativos Especiais – Leis Delegadas	1194

16

PODER EXECUTIVO

1.	Introdução	1219
2.	Funções	1219
2.1.	Função típica do Poder Executivo	1219
2.2.	Funções atípicas do Poder Executivo	1219
3.	Sistema de governo: Presidencialismo, Parlamentarismo e Semipresidencialismo	1219
3.1.	Conceito	1219
3.2.	Principais espécies	1219
4.	Reflexões sobre o Presidencialismo de Coalizão.....	1221
4.1.	Introdução: Heterogeneidade, Dilema Institucional e Presidencialismo de Coalizão	1221
4.2.	A Dinâmica do Presidencialismo de Coalizão: Eixo Partidário-Parlamentar, Eixo Regional e Índices de Fracionamento Governamental. As considerações acerca do presidencialismo de coalizão em relação ao atual momento político brasileiro	1223
4.3.	Considerações Finais.....	1226
5.	Estrutura do Poder Executivo	1226
5.1.	Presidente: requisitos para o cargo, modo de investidura e atribuições	1227
5.2.	Reflexões sobre o Indulto Individual (graça) concedida pelo Presidente da República ao Deputado Daniel Silveira.....	1242
5.3.	Vice-Presidente: requisitos para o cargo, modo de investidura e atribuições.....	1252

5.4.	Ministros de Estado: requisitos para o cargo, modo de investidura e atribuições.....	1252	5.4.6.	A dinâmica da aplicação dos precedentes	1386
5.5.	Conselho da República e Conselho da Defesa	1257	5.4.6.1.	Técnica de confronto, interpretação e aplicação do precedente: <i>distinguishing</i>	1386
6.	Crimes de Responsabilidade e Crimes Comuns do Presidente da República	1257	5.4.6.2.	<i>Overruling</i>	1387
6.1.	Crimes de responsabilidade do Presidente da República	1258	5.4.7.	Algumas considerações críticas quanto à teoria dos precedentes no novo CPC/2015.....	1388
6.1.1.	Conceito.....	1258	5.5.	Superior Tribunal de Justiça.....	1390
6.1.2.	Procedimento.....	1259	5.6.	Tribunal Superior do Trabalho e a Justiça do Trabalho	1397
6.1.3.	Crime de responsabilidade do Vice-Presidente da República	1276	5.7.	Tribunal Superior Eleitoral e a Justiça Eleitoral.....	1404
6.2.	Crimes Comuns do Presidente da República	1277	5.8.	Superior Tribunal Militar e a Justiça Militar	1405
6.2.1.	Conceito	1277	5.9.	Tribunais Regionais Federais e Juízes Federais e Tribunais de Justiça e Juízes de Direito.....	1410
6.2.2.	Procedimento.....	1277	5.10.	Considerações Finais sobre o Poder Judiciário	1424
6.3.	Crimes dos Governadores de Estado e dos Prefeitos.....	1280	5.10.1.	Justiça de Paz.....	1424
			5.10.2.	Quinto Constitucional.....	1426
			5.10.3.	Juizados Especiais	1429

17

PODER JUDICIÁRIO

1.	Funções do Poder Judiciário	1285	6.	Precatórios	1430
2.	Órgãos do Poder Judiciário: introdução	1285	6.1.	Emenda Constitucional nº 62/2009 e o entendimento do STF.....	1445
2.1.	Análise do Conselho Nacional de Justiça (CNJ)	1286	6.2.	Emenda Constitucional nº 94/2016, Emenda Constitucional nº 99/2017, Emenda Constitucional nº 109/2021, Emenda Constitucional nº 113/2021 e Emenda Constitucional nº 114/2021	1450
3.	Garantias	1303	6.3.	A questão da incidência dos juros de mora nos precatórios	1455
3.1.	Garantias Institucionais	1304	6.4.	A questão da constitucionalidade do art. 86 do ADCT inserido pela Emenda Constitucional nº 37/2002	1456
3.2.	Garantias dos membros	1307			
3.2.1.	A vitaliciedade	1308			
3.2.2.	Inamovibilidade	1308			
3.2.3.	A irredutibilidade dos subsídios	1309			
4.	Observações importantes sobre o poder judiciário e reflexões sobre a resolução nº 75/2009 e a resolução nº 531/2023 (ENAM)	1312			
5.	Estrutura e composição dos órgãos do Poder Judiciário	1324			
5.1.	Supremo Tribunal Federal	1324			
5.1.1.	Recurso Extraordinário e Repercussão Geral do Recurso Extraordinário	1343			
5.2.	Uma pequena Reflexão Crítica: quis custodiet ipsos custodes?	1361			
5.3.	Súmulas Vinculantes	1365			
5.4.	A Teoria dos Precedentes no novo CPC de 2015	1375			
5.4.1.	Introdução	1375			
5.4.2.	Conceito.....	1376			
5.4.3.	Fundamentos do Respeito aos Precedentes: Segurança Jurídica.....	1378			
5.4.4.	Eficácia Jurídica e Efeitos dos Precedentes.....	1379			
5.4.5.	Deveres Gerais dos Tribunais relacionados aos precedentes	1383			
5.4.5.1.	Algumas Reflexões Críticas.....	1385			

18

FUNÇÕES ESSENCIAIS À JUSTIÇA

1.	Ministério Público	1457
2.	Advocacia pública.....	1495
3.	Advocacia.....	1506
4.	Defensoria pública.....	1520

19

DEFESA DO ESTADO E DAS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS

1.	Introdução: Finalidade das Medidas.....	1545
2.	Princípios Norteadores	1546
3.	Estado de Defesa	1547
3.1.	Conceito e Hipóteses.....	1547
3.2.	Hipóteses.....	1547
3.2.1.	Requisitos para a Decretação	1547
3.3.	Procedimento	1547

3.4.	Prazo	1547	6.4.6.	Algumas observações finais sobre a ADI.....	1670
3.5.	Abrangência.....	1548	6.5.	Procedimento da medida cautelar.....	1677
3.6.	Controle	1548	6.6.	Procedimento especial (diferenciado) na ADI.....	1679
3.7.	Restrições de Direitos.....	1548	6.7.	ADC – Ação Declaratória de Constitucionalidade.....	1680
4.	Estado de Sítio.....	1549	6.7.1.	Conceito.....	1680
4.1.	Conceito.....	1549	6.7.2.	Objeto.....	1680
4.2.	Hipóteses.....	1549	6.7.3.	Finalidade da ADC.....	1680
4.3.	Procedimento	1549	6.7.4.	Legitimidade	1680
4.4.	Prazo.....	1549	6.7.5.	Procedimento.....	1680
4.5.	Abrangência.....	1550	6.7.6.	Julgamento da ADC	1682
4.6.	Controle	1550	6.7.7.	Efeitos da decisão da ADC.....	1682
4.7.	Restrições	1551	6.7.8.	Observações finais sobre a ADC.....	1682
5.	Forças Armadas.....	1551	7.	Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (ADO)	1683
6.	Segurança Pública.....	1555	7.1.	Conceito.....	1683
6.1.	Polícias da União	1557	7.2.	Objeto.....	1683
6.2.	Polícias dos Estados.....	1558	7.3.	Legitimidade.....	1685
6.3.	Polícias Penais Federal, Estaduais e Distrital	1559	7.4.	Espécies de ADI por omissão (ADO).....	1685
6.4.	Considerações importantes sobre as Polícias civis e Militares.....	1560	7.5.	Procedimento	1686
6.5.	Polícia do Distrito Federal.....	1576	7.5.1.	Procedimento da ADI por omissão total.....	1686
6.6.	Polícia dos Municípios.....	1576	7.5.2.	Procedimento da ADI por omissão parcial.....	1686
6.7.	Segurança Viária	1582	7.6.	Julgamento da ADI por omissão total ou parcial.....	1687
			7.6.1.	Efeitos da decisão de uma ADI por omissão (ADO).....	1688
			7.7.	Observações finais sobre a ADI por omissão (ADO)	1695
			8.	Ação Direta de Inconstitucionalidade Interventiva (Representação de Inconstitucionalidade Interventiva)	1696
			8.1.	Conceito.....	1696
			8.2.	Finalidades.....	1697
			8.3.	Objeto.....	1697
			8.4.	Legitimidade ativa	1697
			8.5.	Procedimento	1697
			8.6.	Julgamento.....	1698
			8.7.	Efeitos da decisão: provimento de uma ADI interventiva.....	1699
			8.8.	Observações finais sobre a ADI interventiva	1699
			9.	Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF)	1700
			9.1.	Conceito	1700
			9.2.	Espécies de ADPF.....	1700
			9.3.	Objeto	1702
			9.4.	Legitimidade.....	1706
			9.5.	Procedimento.....	1706
			9.6.	Julgamento.....	1711
			9.7.	Efeitos da decisão da ADPF	1711

CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE

1.	Conceito	1585
2.	Espécies (tipos) de inconstitucionalidade	1586
3.	Matrizes e Modalidades de Controle de Constitucionalidade.....	1592
4.	Análise do Brasil: Regra geral e exceções (outros controles)	1596
5.	Notas históricas sobre o controle de constitucionalidade judicial	1601
6.	Análise específica da Regra Geral	1604
6.1.	Controle difuso-concreto no Brasil: Procedimento	1604
6.2.	Controle difuso-concreto no Brasil: Efeitos e a análise da tese da mutação constitucional	1609
6.3.	Algumas observações finais sobre o controle difuso in concreto: Reinterpretação e modificação de decisão proferida em Ação Direta de Inconstitucionalidade, Modulação de efeitos no juízo de não recepção, Quórum no juízo de não recepção, e a Questão do Controle difuso via Ação Civil Pública.....	1623
6.4.	Controle Concentrado de Constitucionalidade no Brasil. ADI – Ação Direta de Inconstitucionalidade	1625
6.4.1.	Conceito.....	1625
6.4.2.	Parâmetro e Objeto da ADI	1625
6.4.3.	Legitimidade	1640
6.4.4.	Procedimento da ADI.....	1645
6.4.5.	Julgamento da ADI.....	1654

9.8. Observações finais.....	1712
10. Controle Concentrado In Abstrato de Constitucionalidade no Âmbito Estadual e do DF.....	1715
11. Últimas considerações sobre o Controle de Constitucionalidade.....	1725
11.1. Interpretação conforme a Constituição.....	1725
11.1.1. Introdução.....	1725
11.1.2. Conceito.....	1725
11.1.3. Efeitos da interpretação conforme a Constituição.....	1726
11.1.4. Observação final.....	1726
11.2. Declaração de inconstitucionalidade parcial sem redução de texto.....	1726
11.2.1. Introdução.....	1726
11.2.2. Conceito.....	1726
11.2.3. Observações finais.....	1727
11.3. Declaração de inconstitucionalidade sem pronúncia de nulidade.....	1727
11.4. Declaração de constitucionalidade de lei “ainda” constitucional.....	1728
11.5. Sentenças intermediárias: sobretudo as sentenças normativas (ou sentenças manipulativas).....	1730
11.5.1. Conceito.....	1730
12. As Sentenças Intermediárias no Controle de Constitucionalidade.....	1732
12.1. Introdução.....	1732
12.2. Sentenças interpretativas.....	1733
12.2.1. A interpretação conforme a Constituição.....	1733
12.2.2. Declaração de inconstitucionalidade (nulidade) parcial sem redução de texto.....	1734
12.3. Sentenças aditivas.....	1735
12.4. Sentenças aditivas de princípios.....	1736
12.5. Sentenças substitutivas.....	1736
13. Sentenças Transitivas.....	1738
13.1. Introdução.....	1738
13.2. Sentenças de inconstitucionalidade sem efeito ablativo.....	1739
13.3. Sentença de inconstitucionalidade com ablação diferida.....	1740
13.4. Sentenças de apelo ou apelativas (declaração de constitucionalidade de norma “ainda” constitucional ou declaração de constitucionalidade provisória ou inconstitucionalidade progressiva).....	1740
13.5. Sentenças de aviso.....	1741
13.6. Conclusão sobre as Sentenças intermediárias.....	1742
14. Estado de coisas inconstitucional.....	1742
15. Controle de convencionalidade.....	1755
16. A Teoria dos Diálogos Institucionais (constitucionais) e a superação (reação) legislativa.....	1758
17. O papel das cortes constitucionais.....	1765

18. Sobre a Deliberação nos Tribunais (Cortes) Constitucionais.....	1767
19. Jurisdição constitucional fraca e os novos desenhos institucionais: o novo modelo de constitucionalismo da comunidade britânica.....	1771

21

DA ORDEM ECONÔMICA E DA ORDEM SOCIAL

1. O Conceito de “Ordem”.....	1775
2. A Ordem Econômica.....	1775
2.1. A Ordem Econômica e a Constituição Econômica.....	1775
2.2. A Ordem Econômica na Constituição brasileira de 1988.....	1776
2.3. Princípios da Ordem Econômica.....	1784
2.3.1. Função social da propriedade urbana/rural.....	1787
2.3.2. Livre concorrência.....	1788
2.3.3. Defesa do consumidor.....	1789
2.4. A política urbana.....	1790
2.4.1. Desapropriação por descumprimento da função social da propriedade urbana.....	1791
2.5. A política agrícola e fundiária.....	1792
2.5.1. Desapropriação para fins de Reforma Agrária.....	1792
2.6. Do Sistema Financeiro Nacional.....	1793
3. A Ordem Social.....	1795
3.1. A seguridade social.....	1796
3.1.1. Saúde.....	1797
3.2. A Previdência Social e a sua recente reforma pela Emenda Constitucional nº 103/2019.....	1813
3.2.1. Aposentadoria voluntária no regime geral de previdência social.....	1814
3.2.2. Aposentadoria voluntária no regime próprio de previdência social da União.....	1817
3.2.3. Outras formas de aposentadoria.....	1820
3.2.4. Pensão por morte.....	1822
3.2.5. Considerações finais.....	1823
3.3. Assistência social.....	1832
3.4. A educação, a cultura e o desporto.....	1834
3.5. A ciência e tecnologia.....	1850
3.6. A comunicação social.....	1851
3.7. O meio ambiente.....	1851
3.8. A família, a criança, o adolescente, o jovem e o idoso: As decisões da União Estável Homofetiva e da Criminalização da Homofobia e Transfobia nos termos da lei 7.716/89.....	1864
3.9. Os Quilombolas.....	1894
3.10. Os índios (indígenas).....	1897

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	1911
--	-------------